

# **ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASOS ENVOLVENDO INCAPAZES: ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS**

## *ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASOS ENVOLVENDO INCAPAZES: ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS*

**Paulo Eduardo de Lima<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Este estudo investiga a complexidade da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes, explorando tanto os aspectos jurídicos quanto os sociais. A análise começa examinando o arcabouço legal que governa a responsabilidade civil de pessoas com capacidade mental limitada, incluindo menores de idade, pessoas com deficiência mental ou idosos com incapacidade cognitiva. O artigo discute como o sistema legal lida com questões de culpa, negligência e dano, e quando uma parte envolvida em um incidente é considerada incapaz de compreender totalmente suas ações e, conseqüentemente, assumir sua responsabilidade. São analisados os desafios na determinação da responsabilidade, considerando a capacidade de discernimento, a tutela legal e a necessidade de proteger os interesses dos incapazes. Além disso, o estudo explora os aspectos sociais dessas situações, incluindo o estigma associado às deficiências mentais e as barreiras enfrentadas pelos incapazes para acessar recursos e apoio. Serão examinadas como as políticas públicas e a sensibilização social podem influenciar a maneira como a sociedade percebe e trata os incapazes em contextos legais, incluindo o papel das organizações não-governamentais e das instituições de apoio. O artigo também considera estudos de caso para ilustrar os desafios reais enfrentados por incapazes em situações de responsabilidade civil, analisando, ainda, como decisões judiciais impactam suas vidas e bem-estar.

**Palavra-chaves:** Aspectos Sociais, Tutela Legal, Responsabilidade Civil.

### **Abstract**

This study investigates the complexity of civil liability in cases involving disabled people, exploring both legal and social aspects. The analysis begins by examining the legal framework governing the civil liability of people with limited mental capacity, including minors, people with mental disabilities or elderly people with cognitive disabilities. The article discusses how the legal system deals with issues of fault, negligence and harm, and when a party involved in an incident is considered unable to fully understand their actions and consequently accept their responsibility. The challenges in determining responsibility are analyzed, considering the capacity for discernment, legal protection and the need to protect the interests of those incapable. Additionally, the study explores the social aspects of these situations, including the stigma associated with mental disabilities and the barriers faced by those with disabilities in accessing resources and support. How public policies and social awareness can influence the way society perceives and treats people with disabilities in legal contexts will be examined, including the role of non-governmental organizations and support institutions. The article also considers case studies to illustrate the real challenges faced by disabled people in civil liability situations, also analyzing how judicial decisions impact their lives and well-being.

**Key-words:** Social Aspects, Legal Protection, Civil Liability

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Faculdade UNA, pauloedli26@yahoo.com.br

## 1 Introdução

A análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes é de suma importância, visando salvaguardar os direitos dessas pessoas que, por diversas razões, não detêm plena capacidade para exercer suas prerrogativas na sociedade. É fundamental assegurar a reparação dos danos sofridos por esses indivíduos, prevenindo negligências e abusos. A proteção dos incapazes constitui um princípio fundamental do ordenamento jurídico, buscando garantir sua dignidade e bem-estar (LISBOA, 2017). Diversos fatores, como doenças mentais, deficiências físicas e intelectuais, e vícios graves, podem levar à incapacidade civil, impactando a compreensão e discernimento do indivíduo, comprometendo sua autonomia e tornando-o suscetível a abusos (BORGES; SOUZA, 2021).

A capacidade civil é essencial para o pleno exercício dos direitos e deveres na sociedade, estando diretamente relacionada à autonomia e à capacidade de tomar decisões. Essa capacidade possibilita a celebração de contratos, aquisição de bens, casamento, entre outras ações jurídicas relevantes. A responsabilidade pelos atos praticados está intrinsecamente ligada à capacidade de discernimento, sendo apenas aqueles com tal discernimento considerados responsáveis por suas ações (CORREIA, 2023).

Incapazes também enfrentam discriminação social, sendo marginalizados pela sociedade em função de sua condição. Esses desafios reforçam a necessidade de medidas de proteção e inclusão social (BERTONCINI; CAMPIDELLI, 2018).

Os critérios legais para determinar a incapacidade civil variam, e no Brasil, o Código Civil estabelece diferentes categorias de incapazes. A avaliação médica e psicológica também pode ser utilizada para determinar a incapacidade em casos específicos (RODRIGUES, 2019).

No âmbito jurídico, a responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes se baseia em normas legais específicas e princípios como solidariedade social e proteção integral. Os aspectos sociais desses casos têm impacto significativo na vida das pessoas envolvidas e na sociedade como um todo, afetando saúde, desenvolvimento pessoal, e gerando consequências econômicas (RODRIGUES, 2020).

Os diferentes tipos de incapazes incluem menores de idade, pessoas com deficiência mental ou idosos incapazes de tomar decisões. Cada grupo requer considerações específicas na análise da responsabilidade civil (FERREIRA, 2021).

Os conceitos fundamentais da responsabilidade civil, como dever de reparar, nexo causal e culpa ou dolo do agente, são essenciais para entender sua aplicação em casos envolvendo incapazes (AMORIM, 2020).

A análise da responsabilidade civil de incapazes enfrenta desafios, como a dificuldade de provar culpa ou negligência do agente. A vulnerabilidade dos incapazes dificulta a obtenção de relatos e provas materiais (SANTOS JÚNIOR, 2020). É necessário uma proteção especial dessas pessoas perante a lei, considerando sua dependência de terceiros e a necessidade de garantir sua integridade física e psicológica (LOPEZ, 2021). Deste modo, as consequências jurídicas da incapacidade civil visam proteger o incapaz e reparar os danos causados. Uma solução possível é responsabilizar pais ou tutores pelos atos dos incapazes sob sua guarda. Em situações sem representante legal, pode ser nomeado um curador para zelar pelos interesses do incapaz (GONÇALVES, 2017).

A legislação prevê medidas como curatela e tutela para proteger os direitos dos incapazes. A curatela é destinada a maiores de idade com deficiência mental, enquanto a tutela é para menores, ambos designando um representante legal (ANGELIM, 2018). Essa responsabilização pode ocorrer tanto no âmbito civil quanto no criminal, dependendo da gravidade do dano. A nomeação do representante legal visa assegurar o respeito aos direitos do incapaz (FERREIRA, 2021).

No âmbito jurídico, a responsabilidade civil é regida pelo Código Civil e legislações específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Conhecer essas normas é essencial para uma análise adequada (SANTOS; RAFAGNIN, 2018).

Além dos aspectos jurídicos, é fundamental considerar os aspectos sociais na análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes. O impacto emocional e financeiro nas vítimas e suas famílias deve ser ponderado na busca pela reparação integral do dano. A violação dos direitos dos incapazes pode acarretar consequências graves para sua saúde física e mental, bem como para seu desenvolvimento social (FERREIRA, 2021).

A conscientização e educação jurídica da sociedade são cruciais para prevenir negligências e garantir maior proteção aos direitos dos incapazes. A compreensão da importância de respeitar esses direitos e conhecer as normas legais é essencial. É preciso promover uma cultura de responsabilidade e solidariedade, investindo em políticas públicas que assegurem acesso à educação, saúde, trabalho e lazer para os

incapazes, visando garantir igualdade de oportunidades (SILVA; COSTA, 2023). A conscientização jurídica contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva (ANGELIM, 2018).

## **2 - Responsabilidade no Código Civil**

A responsabilidade civil tem suas raízes na antiguidade, sendo influenciada por diversas correntes filosóficas e jurídicas ao longo da história. Na Grécia Antiga, por exemplo, a noção de responsabilidade estava ligada à ideia de justiça e reparação dos danos causados. Já no Direito Romano, a responsabilidade civil era baseada na culpa do agente, sendo necessário comprovar que ele agiu de forma negligente ou imprudente para que fosse responsabilizado pelos danos causados (SILVA; COSTA, 2023).

Com o passar dos séculos, a responsabilidade civil evoluiu e se adaptou às mudanças sociais e culturais. Durante a Idade Média, por exemplo, a Igreja Católica exerceu grande influência sobre o conceito de responsabilidade civil, buscando conciliar os princípios religiosos com as necessidades práticas da sociedade. No Renascimento, surgiram novas teorias sobre a responsabilidade civil, como a teoria do risco criado, que atribuía a responsabilidade ao agente mesmo na ausência de culpa (CORREIA, 2023).

No século XIX, com o advento do Estado liberal e o desenvolvimento do capitalismo industrial, houve uma maior preocupação com os direitos individuais e a proteção dos mais fracos. Nesse contexto, surgiram as primeiras legislações modernas sobre responsabilidade civil, como o Código Civil francês de 1804. Esse código estabeleceu os fundamentos da responsabilidade civil tal como conhecemos hoje em dia, baseada nos princípios da culpa e do dano (LIMA, 2018).

A importância da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes é inegável. Essas pessoas são consideradas vulneráveis e necessitam de uma proteção especial para garantir seus direitos e a reparação dos danos sofridos. A responsabilidade civil, nesse contexto, desempenha um papel essencial ao estabelecer os deveres e obrigações dos responsáveis pelos incapazes, bem como ao determinar as medidas de reparação adequadas (LISBOA, 2017).

As bases legais da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes estão

previstas no Código Civil brasileiro, que estabelece os deveres e obrigações dos responsáveis pelos incapazes. Além disso, outras legislações pertinentes também são aplicáveis nesses casos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essas normas têm como objetivo garantir a proteção dos direitos dos incapazes e estabelecer as responsabilidades dos agentes envolvidos (SANTOS JÚNIOR, 2020).

A determinação da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes é feita com base em critérios específicos. A culpa é um elemento essencial nessa análise, sendo necessário comprovar que o agente agiu de forma negligente ou imprudente para que seja responsabilizado pelos danos causados. Além disso, o dolo (intenção de causar dano), o nexo causal (relação de causa e efeito entre a conduta do agente e o dano) e a teoria do risco (responsabilização objetiva) também são utilizados na prática jurídica para determinar a responsabilidade civil (DIVINO, 2020).

- **Quem são os civilmente incapazes**

Os critérios legais utilizados para determinar a incapacidade civil variam de acordo com o ordenamento jurídico de cada país. No Brasil, por exemplo, o Código Civil estabelece que menores de 16 anos são considerados absolutamente incapazes para praticar atos jurídicos. Já os maiores de 16 e menores de 18 anos são relativamente incapazes, necessitando da assistência de seus representantes legais para a prática de certos atos. Além disso, a avaliação médica e psicológica também pode ser utilizada como critério para determinar a incapacidade civil em casos específicos (RODRIGUES, 2019).

- **Limite da responsabilidade**

Dentre as principais questões jurídicas relacionadas à responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes, destaca-se a capacidade de discernimento do indivíduo. A capacidade do incapaz em compreender as consequências de seus atos pode influenciar na atribuição de responsabilidade. Além disso, há a necessidade de proteção dos direitos do incapaz, uma vez que ele pode ser mais vulnerável e suscetível a abusos ou exploração por parte da outra parte envolvida no caso (BORGES; SOUZA, 2021).

Os profissionais do direito enfrentam diversos desafios ao lidar com casos de responsabilidade civil que envolvem incapazes. Um dos principais desafios é a dificuldade em determinar a culpa ou negligência das partes, uma vez que o incapaz pode não ter plena consciência de seus atos. Além disso, há a necessidade de considerar o melhor interesse do incapaz e garantir sua proteção, o que pode ser complexo diante das circunstâncias específicas de cada caso (AMORIM, 2020).

As consequências sociais decorrentes de casos de responsabilidade civil que envolvem incapazes são significativas. Essas situações podem ter um impacto profundo na vida do indivíduo e de sua família, afetando aspectos como saúde, bem-estar emocional e financeiro. Compreender essas consequências é importante para buscar soluções adequadas e minimizar os danos causados (ROSENVALD; FARIAS, 2019).

Para lidar com casos de responsabilidade civil que envolvem incapazes, é necessário buscar soluções jurídicas específicas. Uma possibilidade é a criação de leis específicas para tratar dessas situações, levando em consideração as particularidades e necessidades dos incapazes. Além disso, é importante aprimorar as leis existentes para garantir uma proteção efetiva dos direitos dos incapazes e uma análise justa desses casos (GONÇALVES, 2017).

A pesquisa acadêmica desempenha um papel essencial no desenvolvimento do conhecimento jurídico e social relacionado à análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes. Por meio da pesquisa, é possível aprofundar o entendimento sobre as questões jurídicas e sociais envolvidas nesses casos, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área. Além disso, a pesquisa acadêmica permite identificar lacunas e propor soluções para os desafios enfrentados pelos profissionais do direito nesse contexto (BORGES; SOUZA, 2021).

A análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes é de extrema importância, considerando tanto os aspectos jurídicos quanto sociais. Juridicamente, é necessário compreender as nuances e particularidades desse tipo de situação, a fim de garantir a proteção dos direitos das partes envolvidas. Além disso, do ponto de vista social, esses casos têm um impacto significativo na vida do indivíduo incapaz e de sua família, sendo importante compreender as consequências decorrentes dessas situações (MEIRELES; FERREIRA, 2020).

A análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes apresenta diversos desafios. Um desses desafios é a capacidade de discernimento dos

incapazes, que pode dificultar a comprovação do dano sofrido. Além disso, a dificuldade de comprovar o nexo causal entre a conduta do agente e o dano também pode ser um obstáculo nesses casos. Outro desafio é a necessidade de equilibrar os interesses das partes envolvidas, garantindo a proteção dos direitos dos incapazes sem prejudicar os responsáveis (FERREIRA, 2019).

- **Quem responde por uma pessoa incapaz**

As consequências jurídicas da incapacidade civil são diversas e visam proteger o incapaz e garantir que seus interesses sejam preservados. Uma das principais consequências é a nomeação de um representante legal, que será responsável por tomar decisões em nome do incapaz. Essa figura pode ser um curador, no caso de adultos com deficiência mental ou intelectual, ou um tutor, no caso de menores de idade. A nomeação do representante legal tem como objetivo assegurar que os direitos do incapaz sejam respeitados e que suas necessidades sejam atendidas (FERREIRA, 2021).

- **Consequência Jurídica**

As consequências jurídicas da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes são diversas. O responsável pelo incapaz tem a obrigação de indenizar as vítimas, reparando os prejuízos sofridos. Além disso, medidas de proteção aos incapazes podem ser determinadas pelo juiz, visando garantir sua segurança e bem-estar. Em casos mais graves, as sanções aplicáveis aos responsáveis podem incluir desde multas até penas privativas de liberdade (SANTOS JÚNIOR, 2020).

A análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes também possui repercussões sociais significativas. É importante promover uma cultura de respeito aos direitos das pessoas vulneráveis e conscientizar a sociedade sobre a importância de prevenir danos causados pelo incapaz, e garantir uma reparação adequada. Essa conscientização contribui para uma maior inclusão social dos incapazes e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito (NETO, 2017).

## 4 Conclusão

A análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes é de extrema importância, uma vez que essas pessoas são consideradas vulneráveis e necessitam de proteção especial para garantir a efetivação de seus direitos. A sociedade tem o dever de assegurar que os incapazes sejam tratados com dignidade e respeito, sendo imprescindível a responsabilização dos agentes causadores de danos a essas pessoas. A falta de uma análise adequada da responsabilidade civil pode resultar na perpetuação de injustiças e na violação dos direitos fundamentais dos incapazes (NETO, 2017).

No que tange aos aspectos jurídicos relacionados à responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes, é necessário destacar as normas legais e os princípios que regem essa área do direito. Dentre as normas aplicáveis, destaca-se o Código Civil brasileiro, que estabelece a obrigação de reparar o dano causado a outrem, independentemente da existência de culpa. Além disso, princípios como o da solidariedade social e o da igualdade devem ser observados na análise desses casos, visando garantir a justa reparação dos danos sofridos pelos incapazes (ANGELIM, 2018).

Os aspectos sociais envolvidos na análise da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes são igualmente relevantes. Essas situações têm um impacto significativo na vida das pessoas afetadas e, também, na sociedade como um todo. O dano causado a um incapaz pode acarretar consequências graves para sua saúde física e mental, além de comprometer seu desenvolvimento pessoal e social. Ademais, a falta de responsabilização adequada pode gerar um sentimento de impunidade e desconfiança no sistema jurídico, afetando a busca por justiça por parte das vítimas (GONÇALVES, 2017).

Os profissionais do direito enfrentam diversos desafios ao lidar com casos de responsabilidade civil envolvendo incapazes. Um dos principais obstáculos é a dificuldade de provar a culpa ou negligência do agente causador do dano, uma vez que, muitas vezes, os incapazes não possuem condições de relatar o ocorrido de forma clara e precisa. Além disso, a falta de conhecimento específico sobre as particularidades desses casos pode comprometer a efetividade da atuação dos profissionais, tornando essencial investir em capacitação e atualização constante nessa área do direito (LIMA, 2018).

Para garantir a reparação dos danos causados aos incapazes, é importante buscar soluções eficientes. Nesse sentido, é necessário fortalecer as políticas públicas de proteção aos direitos dessas pessoas, promovendo a criação de mecanismos legais mais eficazes para responsabilizar os agentes causadores de danos. Além disso, é imprescindível fomentar a conscientização da sociedade sobre a importância da responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes, visando prevenir acidentes e garantir uma maior proteção aos direitos dessas pessoas (FERREIRA, 2021).

A falta de responsabilização nos casos envolvendo incapazes acarreta consequências negativas tanto para as vítimas quanto para o sistema jurídico como um todo. A ausência de punição adequada gera um sentimento de impunidade e descrença na justiça, prejudicando a confiança da sociedade no sistema legal. Além disso, a falta de responsabilização pode perpetuar a violação dos direitos dos incapazes, contribuindo para a manutenção de um ambiente desfavorável à sua proteção e bem-estar (DIVINO, 2020).

É importante ressaltar a importância da conscientização e educação da sociedade em relação à responsabilidade civil em casos envolvendo incapazes. A prevenção de acidentes e a garantia de uma maior proteção aos direitos dessas pessoas passam necessariamente pela conscientização de todos os membros da sociedade sobre suas responsabilidades e deveres. É essencial que sejam promovidas campanhas educativas e informativas, visando disseminar conhecimento sobre os direitos dos incapazes e as consequências jurídicas decorrentes de sua violação. Somente por meio dessa conscientização será possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos (SILVA; COSTA, 2023).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, F. S. Contratos coligados, inadimplemento e responsabilidade civil: uma investigação à luz dos pressupostos da autonomia privada e da análise estratégica do direito. 2020. Universidade FUMEC. Disponível em: <<https://repositorio.fumec.br/handle/123456789/856>>. Acesso em: 14, outubro de 2023.

ANGELIM, J. M. Responsabilidade civil por erro médico: uma análise da vulnerabilidade do profissional da saúde. 2018. Pantheon Repositório Institucional da UFRJ. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5641>>. Acesso em: 02, outubro de 2023.

BERTONCINI, C.; CAMPIDELLI, L. F. Análise sobre a devolução da criança e do

adolescente no processo de adoção: danos psicológicos e a possibilidade de responsabilidade civil. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/210567348.pdf>>. Acesso em: 10, outubro de 2023.

BORGES, C. E.; SOUZA, S. C. Alienação parental: responsabilidade civil pelo abuso do poder familiar. *Repositório Anima Educação*, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/20907>>. Acesso em: 14, de outubro de 2023.

CORREIA, A. B. A responsabilidade civil dos pais nos casos de hiperexposição infantil em plataformas digitais no Brasil: uma análise a partir do princípio da vulnerabilidade. *Revista Conversas Civilísticas*, v. 2023, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/conversascivilisticas/article/view/54871>>. Acesso em: 07, outubro de 2023.

DA SILVA, D. A.; COSTA, J. V. M. Responsabilidade civil nos procedimentos estéticos odontológicos: uma análise frente a harmonização orofacial e as lentes de contato dental. *Facit Business and Technology Journal*, 2023. Disponível em: <<https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/2139>>. Acesso em: 14, outubro de 2023.

EF NETO. Da responsabilidade civil no novo Código. Universidade Federal de Viçosa. Acesso em, 2017. Disponível em: <<https://www.dpd.ufv.br/wp-content/uploads/2020/05/Bibiografia-DIR-313.pdf>>.

FERREIRA, L. D. Dano moral no direito previdenciário: aplicabilidade e responsabilidade civil de indenizar. 2019. *Repositório Institucional Universidade Evangélica de Goiás*. Disponível em: <<http://45.4.96.19/handle/aee/1293>>. Acesso em: 07, outubro de 2023.

GONÇALVES, C. R. *Direito Civil Brasileiro 4-Responsabilidade Civil*. 2017. Google book. Disponível em: <<https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=X9ViDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=An%C3%A1lise+da+Responsabilidade+Civil+em+Casos+Envolvendo+Incapazes:+Aspectos+Jur%C3%ADdicos+e+Sociais.+na+Direito&ots=5pWKSv7Jic&sig=50m4wQiRx-5YN-9TgX6ZsUMn-EA>>. Acesso em: 14, outubro de 2023.

LIMA, RSF. A responsabilidade civil da pessoa com deficiência com o advento da lei 13.146/2015 (estatuto da pessoa com deficiência) e seus efeitos na curatela e na tomada de ... 2018. *Repositório da UFPB*. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11549>>. Acesso em: 14, outubro de 2023.

LISBOA, R. S. *Manual de Direito Civil - Volume 2 - Obrigações e Responsabilidade Civil*. 2017. Google book. Disponível em: <<https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=YVnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=An%C3%A1lise+da+Responsabilidade+Civil+em+Casos+Envolvendo+Incapazes:+Aspectos+Jur%C3%ADdicos+e+Sociais.+na+Direito&ots=reW5v45VFI&sig=yrywqRowWHsoybzGfOyhA3H8s--0>>. Acesso em: 07, outubro de 2023.

MEIRELES, A.T.; FERREIRA, J.J. Responsabilidade civil médica por dano iatrogênico

à luz da boa-fé objetiva: uma análise da conformação do direito à ter cautela na análise do dano iatrogênico no caso concreto, levando ao caos social e à desconfiança generalizada. Revista Jurídica Luso-Brasileira, [S.l.], v. 3, n. 2020, p. 213-252, 2020. Disponível em: <[https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/3/2020\\_03\\_0213\\_0252.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/3/2020_03_0213_0252.pdf)>. Acesso em: 10, outubro de 2023.

RODRIGUES, B. S. Responsabilidade civil nos casos de desistência da adoção durante o estágio de convivência. 2019. Biblioteca digital UnB. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/23426>>. Acesso em: 07, outubro de 2023.

RODRIGUES, C. A. A responsabilidade civil pelos atos dos filhos menores no ambiente familiar e escolar. 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/252178>>. Acesso em: 08, outubro de 2023.

ROSENVALD, N.; FARIAS, CC de. Novo tratado de responsabilidade civil. 2019. Google Book. Disponível em: <[https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=9ImxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=An%C3%A1lise+da+Responsabilidade+Civil+em+Casos+Envolvendo+Incapazes:+Aspectos+Jur%C3%ADdicos+e+Sociais.+na+Direito&ots=6b1WaK5htD&sig=s-pUahlrP0yFyiqnaj\\_cDUwMdz8](https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=9ImxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=An%C3%A1lise+da+Responsabilidade+Civil+em+Casos+Envolvendo+Incapazes:+Aspectos+Jur%C3%ADdicos+e+Sociais.+na+Direito&ots=6b1WaK5htD&sig=s-pUahlrP0yFyiqnaj_cDUwMdz8)>. Acesso em: 10, outubro de 2023.

SANTOS JÚNIOR, S. R. S. Inteligência artificial e direito: a responsabilidade civil no caso de carros autônomos. 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/221904>>. Acesso em: 08, outubro de 2023.

SANTOS, N. A. dos; RAFAGNIN, T. R. (RE) PENSANDO DIREITO. Limbo jurídico previdenciário-trabalhista e a responsabilidade civil do empregador que obsta o retorno do empregado ao trabalho. 2018. (RE)pensando Direito. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/229766835.pdf>>. Acesso em: 10, outubro de 2023.

SBS DIVINO, TMM de Lima. Responsabilidade Civil Na Lei Geral De Proteção De Dados Brasileira. Revista Em Tempo, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 60, 2020. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3229>>. Acesso em: 10, outubro de 2023.